

II ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS III

HORÁCIO MONTESCHIO

YURI NATHAN DA COSTA LANNES

MARILU APARECIDA DICHER VIEIRA DA CUNHA REIMÃO CURRALADAS

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Comunicação:

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

Eventos:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

D597

Direitos humanos e fundamentais III [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Marilu Aparecida Dicher Vieira da Cunha Reimao Curraladas

Yuri Nathan da Costa Lannes

Horácio Monteschio – Florianópolis: CONPEDI, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-232-3

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Direito, pandemia e transformação digital: novos tempos, novos desafios?

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Assistência. 3. Isonomia. II Encontro Virtual do CONPEDI (2: 2020 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



II ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS III

Apresentação

O II ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI, realizado em parceria com a Unichristus, apresentou como temática central “Direito, Pandemia e transformação Digital: Novos Tempos, Novos Desafios”. Esta questão suscitou intensos debates desde o início e, no decorrer do evento, com a apresentação dos trabalhos previamente selecionados, fóruns e painéis que na no ambiente digital ocorreram.

Os trabalhos contidos nesta publicação foram apresentados como pôsteres no Grupo de Trabalho “DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DIREITOS SOCIAIS, SEGURIDADE E PREVIDÊNCIA SOCIAL III”, realizado no dia 8 de dezembro de 2020, que passaram previamente por dupla avaliação cega por pares. Encontram-se os resultados de pesquisas desenvolvidas em diversos cursos de Direito pelos graduandos e também por Programas de Pós-Graduação em Direito, que retratam parcela relevante dos estudos que têm sido desenvolvidos na temática central do Grupo de Trabalho.

As temáticas abordadas decorrem de intensas e numerosas discussões que acontecem pelo Brasil, com temas que reforçam a diversidade cultural brasileira e as preocupações que abrangem problemas relevantes e interessantes.

Espera-se, então, que o leitor possa vivenciar parcela destas discussões por meio da leitura dos textos. Agradecemos a todos os pesquisadores, colaboradores e pessoas envolvidas nos debates e organização do evento pela sua inestimável contribuição e desejamos uma proveitosa leitura!

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes – Mackenzie

Prof. Dra. Marilu Aparecida Dicher Vieira da Cunha Reimao Curraladas - UNISO

Prof. Dr. Horácio Monteschio - PPGD – Universidade Paranaense - UNIPAR

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE: O ESTADO E O TERCEIRO SETOR

Dirceu Pereira Siqueira¹
Marcos Vinicius Soler Baldasi

Resumo

INTRODUÇÃO: A construção de uma sociedade cada vez mais justa, solidária, sustentável e democrática depende do desenvolvimento de mecanismos capazes de formar cidadãos mais conscientes com seu espaço de participação social. O desenvolvimento destes mecanismos dependem da elaboração de políticas públicas eficientes o suficiente para causar impacto na formação de lideranças. Logo, com a formação destes novos líderes será possível alcançar objetivos que até o momento são apenas planejamentos, muitas vezes vistos como mera utopia, haja vista o atual contexto social. A Constituição Federal em seu Artigo 227 apresenta que é dever da família, sociedade e do Estado assegurar ao jovem seus Direitos Fundamentais e Sociais. O parágrafo primeiro do mesmo artigo estabelece, “O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais”, ou seja, a própria Carta Magna define as entidades não governamentais como agentes importantíssimos no desenvolvimento de políticas públicas. Tal disposição constitucional garante uma participação que é extremamente valiosa para que as políticas sociais realmente sejam efetivadas. Desta maneira, atualmente, um personagem imprescindível no desenvolvimento de políticas sociais é o terceiro setor. Este vem atuando como uma espécie de braço do Estado, realizando atividades que em tese seriam de responsabilidade estatal, porém por ineficácia governamental não são realizadas ou precisam de auxílio. Neste sentido, as organizações não governamentais além de prestar apoio aos serviços governamentais, também atuam como precursoras de diversas políticas. Assim, esses modelos de organizações são excepcionais no combate a diversas mazelas sociais, principalmente no que tange a desigualdade social. Portanto, esta pesquisa buscará compreender a imprescindibilidade da existência e atuação das organizações não governamentais no desenvolvimento de políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para a população jovem. Para isto serão utilizados das bases de dados, livros e artigos relacionados ao tema. E, ainda, serão entrevistados jovens que foram beneficiados por políticas públicas governamentais ou realizadas pelo terceiro setor, com a finalidade de compreender como estes mecanismos foram capazes de auxiliar no desenvolvimento pessoal, educacional e profissional destes indivíduos. **PROBLEMA DE PESQUISA:** Esta pesquisa pretende responder a seguinte interrogação: qual a importância do terceiro setor auxiliar o Estado no desenvolvimento de políticas públicas para a juventude? Para responder tal questão utilizaremos como base as políticas desenvolvidas nos últimos anos pelo Estado e aquelas desenvolvidas por organizações não governamentais. Assim como, as políticas desenvolvidas por ambos, onde um auxilia o outro. Desta forma, será possível constatar a importância do

¹ Orientador(a) do trabalho/resumo científico

terceiro setor ao amparar o Estado em ações que em tese seriam atribuições específicas de ações estatais. Para tanto, será necessário um amplo estudo acerca do terceiro setor, no que se refere às iniciativas privadas de utilidade pública oriundas da sociedade civil. Sobretudo, buscando a comprovação da importância da união harmônica entre Estado e organizações não governamentais. E como, esta união nos últimos anos foi capaz de produzir políticas públicas sólidas e capazes de ocasionar no desenvolvimento de líderes cada vez mais preocupados com a sustentabilidade, preservação do Estado Democrático de Direito e educação. Além disso, como as políticas desenvolvidas somente pelo terceiro setor são capazes de auxiliar jovens e as pessoas ao seu redor. **OBJETIVO:** O objetivo desta pesquisa consiste em analisar as políticas públicas desenvolvidas para a juventude ao longo dos anos dois mil. E, como a legislação brasileira apresenta as competências do agente desenvolvedor destes mecanismos sociais. Assim como, analisar a atuação do terceiro setor no respaldo às políticas do Estado e também, na construção de políticas públicas por meio de organizações não governamentais. Para isso, será utilizado de entrevistas com jovens beneficiados por políticas públicas, correlacionando os dados e depoimentos obtidos com as bases bibliográficas que versem sobre direitos da personalidade, direitos sociais e políticas públicas, com a finalidade de mensurar a importância do terceiro setor para o desenvolvimento social de jovens. **MÉTODO:** Adotar-se-á o método de abordagem hipotético-dedutivo e os métodos procedimentais histórico, por breve análise da evolução das políticas públicas destinadas à juventude, observando dados estatísticos já levantados e a legislação correlata, além de levantamento de jurisprudência e doutrina acerca da matéria. Para isto, utilizar-se-á das bases de dados, livros, artigos relacionados ao tema, material disponibilizado em sítios eletrônicos de estatísticas e de notícias. Bem como a realização de entrevistas com jovens beneficiados por políticas públicas dirigidas à população jovem. **RESULTADOS ALCANÇADOS:** Espera-se com o desenvolvimento desta pesquisa comprovar como as políticas públicas específicas para juventude são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa, solidária, sustentável e democrática. Haja vista o surgimento de perfis de cidadãos cada vez mais engajados, estes que foram beneficiados quando jovens. Para tanto, pretende-se constatar a imprescindibilidade da aliança entre Estado e terceiro setor, para que o segundo possa atuar no auxílio das políticas desenvolvidas pelo primeiro. Assim como, a necessidade do terceiro setor agir como agente de construção de políticas para jovens buscando o bem comum. Por meio da pesquisa bibliográfica em livros e artigos espera-se demonstrar as funções do terceiro setor perante a efetivação de direitos sociais e direitos da personalidade. Utilizando do mapeamento das políticas sociais desenvolvidas nos últimos vinte anos no Brasil. Logo, almeja-se constatar que estas foram essenciais para o desenvolvimento acadêmico, profissional e pessoal de diversos jovens. Assim, observando os reflexos nos dias de hoje destas políticas realizadas anteriormente por meio da entrevista com jovens que foram beneficiados no passado. Por fim, enfatizar o trabalho das organizações não governamentais na amenização de mazelas sociais e como agente que gera valores sociais perante a população com um todo.

Palavras-chave: direitos da personalidade, políticas públicas, terceiro setor

Referências

ABRAMOVAY, Miriam et al. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas. 2002.

ALDRIDGE, Jo. Where are we now? Twenty-five years of research, policy and practice on young carers. *Critical Social Policy*, v. 38, n. 1, p. 155-165, 2018.

AQUINO, Luseni. A juventude como foco das políticas públicas. *Juventude e políticas sociais no Brasil*, p. 25-39, 2009.

BARCELLOS, Sérgio Botton. A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil e os elementos constitutivos desse processo social. *Mundo agrário*, v. 16, n. 32, 2015.

CARVALHO, Flávia Xavier de. Análise da configuração de políticas públicas para a juventude a partir de 1990: evidenciando concepções e estratégias neoliberais. 2009. Tese de Doutorado. Dissertação (mestrado)–Universidade Estadual de Maringá, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009, Paraná, BR-RS. CECCIM, Ricardo Burg.

CHAPMAN, Tony et al. How to work effectively with the Third Sector: a discussion paper for public sector organisations. 2018.

CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de. *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2009.

COLLIN, Philippa et al. Creating benefit for all: young people, engagement and public policy. 2016.

CRANE, Philip R. Young People and Public Space: Developing inclusive policy and practice. *Scottish Youth Issues Journal*, v. 1, p. 105-124, 2000.

DA SILVA, Paula Fernanda Bispo. JUVENTUDE, TRABALHO E EDUCAÇÃO NO BRASIL: BREVES APONTAMENTOS. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019. 2019.

DE CARVALHO, Adriane Maria Arantes et al. Inovação social em políticas públicas: a juventude em foco. *Informação & Informação*, v. 17, n. 2, p. 1-36, 2012.

DE TOMMASI, Livia. Um olhar sobre as experiências de políticas públicas de juventude na América Latina. 2004.

GOMES, Lucilene Felipe. Políticas Públicas para a juventude: a participação do jovem em sua construção. 2012. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

HARRIS, Anita. Young people, politics and citizenship. Routledge Handbook of Youth and Young Adulthood, p. 295, 2016.

HOWLETT, Michael. Designing public policies: Principles and instruments. Routledge, 2019.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais?. Estudos de Sociologia, 2005.

LOBATO, Ana Laura; LABREA, Valéria Viana. Juventude e trabalho: contribuição para o diálogo com as políticas públicas. 2013.

LOZZI, Mariana et al. ALINHAMENTO DOS PROGRAMAS DA SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE AO ESTATUTO DA JUVENTUDE. Revista Juventude e Políticas Públicas, v. 2, n. EE, p. 1-9, 2020.

MACEDO E CASTRO, João Paulo. A construção de políticas públicas para a juventude: novas modalidades de gestão de segmentos sociais. Revista de antropologia, p. 657-701, 2012.

MARINELA, Fernanda. Direito administrativo. Editora Saraiva, 2018.

MOURA, Bruno Custódio de et al. Políticas de trabalho e juventude: uma análise da experiência latino-americana, focada na comparação entre Brasil e México. 2019.

NITAHARA, Akemi. Estimativa da população do Brasil passa de 210 milhões, diz IBGE. Agência Brasil. Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-08/estimativa-da-populacao-do-brasil-passa-de-210-milhoes-diz-ibge>

ROCHA, Heber Silveira. Políticas de Juventude: Formação do Campo de Políticas Públicas no Brasil (1990-2005). Agenda Política, v. 7, n. 1, p. 193-216, 2019.

RODRIGUES, Hila Bernadete Silva. Políticas públicas para a juventude e gestão local no Brasil: agenda, desenho e implementação. 2009. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica, Belo Horizonte.

SALAMON, Lester M.; SOKOLOWSKI, S. Wojciech. Beyond nonprofits: Re-conceptualizing the third sector. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, v. 27, n. 4, p. 1515-1545, 2016.

SEVERO, Mirlene Fátima Simões. Estatuto da Juventude no Brasil: avanços e retrocessos (2004-2013). *Revista Juventude e Políticas Públicas*, v. 1, n. 1, 2014.

SILVA, Carla Regina; LOPES, ROSELI ESQUERDO. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 17, n. 2, 2010.

SOUSA, Silva Alexandra Maria; XIMENES, Veronica Moraes. Políticas públicas e juventude: análises sobre o protagonismo juvenil na perspectiva dos jovens pobres. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 14, n. 1, p. 1-15, 2019.

SPITZCOVSKY, Celso. *Direito administrativo esquematizado*. São Paulo. Saraiva Educação, 2019.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista brasileira de educação*, n. 24, p. 16-39, 2003.

VEDUNG, Evert. *Políticas públicas e avaliação de programas*. Routledge, 2017.

YOUNG, Katharine G. *Constituting economic and social rights*. Oxford University Press on Demand, 2012.